A colecção fotográfica "Inventário da Azulejaria Portuguesa" de João Miguel Santos Simões[1]

(1960-1968) objecto artístico, documento e memória

The Photography Collection "Inventário da Azulejaria Portuguesa", by João Miguel Santos Simões (1960-1968)

artistic object, document and memory

MARIA ALEXANDRA TRINDADE GAGO DA CÂMARA
Doutora em História da Arte Moderna. Professora Auxiliar na Universidade Aberta.
Rua da Escola Politécnica, nº 141-147
Lisboa Portugal
matgc@univ-ab.pt

RESUMO O "Inventário da Azulejaria Portuguesa" é um conjunto de espécies fotográficas coladas em cartão. Composta por 5028 documentos fotográficos (a p& b e a cores), esta colecção faz parte de um projecto mais abrangente e ambicioso proposto pelo estudioso da Azulejaria Portuguesa João Miguel Santos Simões (1907-1972) à Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa no ano de 1958, de que resultaram a criação da Brigada de Estudos da Azulejaria e o Corpus da Azulejaria Portuguesa que a Fundação Calouste Gulbenkian editou entre 1963 e 1970. Cobrindo um vastíssimo

1 Artigo Recebido em Julho de 2008. Autora convidada.

território geográfico continental e atlântico, este espólio fotográfico – desde 2005 digitalizado e disponível online a partir da pesquisa do catálogo da Biblioteca de Arte da FGC - reverte-se de um importante interesse como documento histórico no estudo e levantamento do Património em Azulejo ainda existente e parte desaparecido. O propósito deste texto é apresentar e validar a importância enquanto memória documental desta mesma colecção, no âmbito de uma estrutura de organização mais vasta, como foi o rastreio sistemático e a recolha de elementos informativos e actualizados no tempo sobre a azulejaria portuguesa.

Palavras-chave Azulejaria, Inventário e Fotografia documental

ABSTRACT "Inventário da Azulejaria Portuguesa" is a collection of photographs pasted onto cardboard. Comprising 5028 photographic documents (in colour and black and white), the collection is part of a broader, more ambitious project proposed by Portuguese tile researcher João Miguel Santos Simões (1807-1972) to the Calouste Gulbenkian Foundation in 1958, a project that resulted in the publication of *Brigada de Estudos da Azulejaria* and *Corpus da Azulejaria Portuguesa* by the Foundation between 1963 and 1970. Covering a vast continental and Atlantic geographic territory, these photographic spoils – digitalized in 2005 and available online through the catalogue of the CGF's Art Library – constitute an important historical document for the study and inventorying of the heritage of Portuguese tiles, both the part that remains and that which has been lost. The aim of this text is to present and validate the documental significance of this collection within the context of a broader organizational structure, such as the systematic sampling and gathering of current data on Portuguese tiles.

Keywords Portuguese tiles, Inventory, Documental photography

> "Aqui vem naturalmente invocar o auxilio da photographia, e posto que ella não nos dê, por falta de colorido, toda a belleza esthetica de um quadro, ainda assim fica-se fazendo uma perfeita ideia do objecto representado. Neste caso, porém, o valor da photographia é todo documental."
>
> Sousa Viterbo, *A photografia e o inventário artístico nacional*, 1903

Antecedentes

Considerada como uma arte que define e legitima a identidade cultural portuguesa, a azulejaria mereceu entre as décadas de 40 e 70 do século XX,

uma das grandes e meritórias atenções dada pelo seu principal historiador e teórico: o Engenheiro João Miguel Santos Simões.[2] (Fig. 1)

Até então desenharam-se estratégias no estudo desta arte, que envolviam trabalhos sobre a sua "nacionalidade", gerando um discurso de forte peso nacionalista.[3] Paulatinamente o azulejo foi ganhando um espaço enquanto consciência da sua especificidade artística nacional.

Os anos 50 e 60 apontaram para a azulejaria portuguesa vários caminhos, entre os quais a procura de um levantamento que se pretendia cada vez mais exaustivo. No entanto, a ruptura principal só ocorrerá, quando dentro do predomínio de aproximações mais circunscritas, surgirão questões e problemas mais globais, numa escala que passará pela inventariação, pela arrumação em épocas e estilos e, finalmente, pela identificação e atribuição de autorias, juntamente com algumas e importantes preocupações museológicas.

A tentativa de realização de um inventário sistemático e abrangente em termos geográficos da azulejaria com diferentes cronologias e tipologias irá deste modo, constituir o propósito da carta que J.M Santos Simões apresentará no dia 25 de Janeiro de 1957 ao então presidente do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian, o Doutor Azeredo Perdigão[4] e que se materializará anos mais tarde num empreendimento de esforço e mérito conjunto, com a intenção desta Instituição em patrocinar aquilo que ficou conhecido como o *Corpus da Azulejaria Portuguesa*, cujo propósito era realizar a sistematização dos exemplares que ilustravam a evolução da arte do azulejo em Portugal. Depois de vários planos de publicação, a obra resultou em cinco volumes e algumas monografias complementares, na sua maioria inéditas.[5]

Paralelamente, e pela mesma altura, no Brasil o historiador de arte Mário Barata editava em 1957 a primeira síntese sobre Azulejos no Brasil,[6] abordando o azulejo como manifestação artística integrada no património brasileiro. Estes anos tornar-se-ão muitos importantes para um diálogo

---

2 Esta incontornavel figura de investigador; Museólogo, Historiador do Azulejo e da Cerâmica foi lembrada e evocada em 2007, passados cem anos sobre a data do seu nascimento com uma exposição no Museu Nacional do Azulejo em Lisboa. AA VV. *João Miguel Santos Simões. 1907-1972*. Instituto dos Museus e da Conservação. Lisboa: Museu Nacional do Azulejo, Julho, 2007.

3 A Historiografia do azulejo português ao longo dos primeiros anos do século XX embora vasta, é contudo muito irregular e dispersa, por vezes mesmo contraditória. CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago. O Estudo da Azulejaria Barroca em Portugal: história, análise e evolução. In: *Actas no II Congresso Internacional de História de Arte,* Associação Portuguesa dos Historiadores de Arte. p.163-175.

4 Veja-se a fundamentação de João Miguel Santos Simões sobre esta questão ao referir: "mais do que um livro de Arte, pretende ser um livro para a Arte" FCG/BA. *Colecção Santos Simões*. Dossier nº 2.

5 Destes trabalhos, destacam-se: *Carreaux Céramique Hollandais au Portugal* (1959); *Azulejaria Portuguesa nos Açores e na Madeira* (1963); *Azulejaria Portuguesa no Brasil* (1965); *Azulejaria em Portugal nos séculos XV e XVI* (1969); *Azulejaria em Portugal no século XVIII* (1971); e o livro póstumo, *Azulejaria em Portugal no século XVIII* (1979).

6 O assunto constituirá a tese apresentada à Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil para o concurso de Professor Catedrático de História de Arte, Rio de Janeiro em 1955. MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães. Santos Simões e o Património Histórico e Artístico Brasileiro. In: *Catálogo João Miguel Santos Simões. 1907-1972.* Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga. p.145-152. *Catálogo João Miguel Santos Simões. 1907-1972.* Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga. p.95-105**.**

profícuo de troca de informações entre estes dois historiadores. O terreno e as bases de interesse no estudo e levantamento da azulejaria brasileira estavam deste modo lançadas, vindo a ser materializadas em 1965 numa obra lapidar "Azulejaria Portuguesa no Brasil (1500-1822)", um testemunho da aproximação de Santos Simões ao património do espaço luso-brasileiro.

Segundo este estudioso, o Brasil constituía uma continuidade desta arte numa escala geográfica mais alargada.[7] Impôs um limite cronológico para o levantamento e estudo da azulejaria portuguesa no Brasil: 1807 torna-se, assim, um marco cronológico na sua cabeça. Todo o período que se segue, deixa-o aos investigadores brasileiros, assumindo de que existe uma nítida diferença e separação do que viria a ser a azulejaria do século XIX.[8] O importante e fundamental assinalar era, que o Brasil tinha mantido a persistência e continuidade da azulejaria portuguesa.

Sensível a este suporte artístico, Santos Simões entendeu a linguagem da azulejaria portuguesa nos seus diferentes contextos, defendendo sempre que, o que esta tem de profundamente original é a sua integração arquitectónica no revestimento de grandes superfícies, antecipando o conceito hoje designado por Património Integrado.[9]

Concebeu e arquitectou, deste modo, um projecto, que foi meticulosamente cumprido ao longo de quase três décadas, deixando uma obra vastíssima como historiador e teórico do azulejo e um importantíssimo testemunho: uma nova forma de pensar, modelar, conhecer e entender a arte azulejar.

O *Corpus da Azulejaria Portuguesa* e a elaboração de uma nova metodologia de trabalho: o inventário e a fotografia

> "Terei necessidade de rever os núcleos já por mim estudados há anos, já que entretanto adquiri conhecimentos mais vastos e que alteram possivelmente os critérios de classificação e juízo crítico de então....Igualmente haverá que fotografar convenientemente a grande maioria desses conjuntos….Terei que

7 Leia-se a este propósito o interessante e inovador conceito de Geografia da Arte, trabalhado pelo historiador americano KAUFAMN, Thomas DaCosta. *Toward a Geography of Art.* The University of Chicago Press, 2004.

8 Consultem-se para este período os importantes trabalhos de Dora Alcântara sobre a azulejaria de fachada.

9 A designação de *património integrado* surge hoje como conceito científico e técnico, entendendo-se todos os bens cuja finalidade e existência foi determinada pelo próprio edifício que os contém constituindo parcelas identificativas e inalienáveis desse bem. Património integrado é, essencialmente, o conjunto de bens imobilizados por destino. O património em Azulejo ganha com este conceito unidade e um estatuto de um bem cultural "espacializado", assim classificado por estar fixo na arquitectura e ser parte essencial das funcionalidades prática, estética e simbólica do edifício que integra, com frequência estruturando o próprio espaço e carregando-o de significados e sentidos. A designação "património integrado" foi literalmente inventada quando da redacção da Lei Orgânica do IPPAR na sua versão de 1997 (Decreto – Lei 120/97 de 16 de Maio). A ideia inicial foi a de distinguir claramente aquilo que vinha quase sempre referido como património "*móvel*". Paralelamente avança-se com a criação de um Departamento dedicado em exclusivo ao património integrado (artº 18). Veja-se sobre este assunto: *Património. Estudos. Conservação e Restauro de Património Móvel e Integrado*. caderno nº 4. Instituto Português do Património Arquitectónico, 2003.

> consultar arquivos paroquiais, informar-me *in loco* sobre a história dos edifícios para levar mais longe as premissas heurísticas que permitem alicerçar com mais segurança este estudo[...][10]

Nestas linhas Santos Simões resume o projecto que propõe em 1957 à Fundação Calouste Gulbenkian: a realização de uma obra total sobre azulejaria.

A esta ideia se deve todo um trabalho de rastreio, sistemático[11] e contínuo de levantamento *in situ* da azulejaria portuguesa em espaço continental e atlântico, tarefa ciclópica que se desenvolveu basicamente na década de 60 do século XX e que ficou materializada na designação de *Brigada de Estudos de Azulejaria*,[12] expressão que em si mesma já compromete o teor de uma tarefa desta natureza.

Para além de validar o registo do património azulejar, a *Brigada de Estudos,* procurou ter outras funções: sensibilizar os artistas e o público para a valorização e legitimação do azulejo no panorama da Arte Portuguesa, realizar conferências e palestras, apoiar instituições e particulares, fornecer pareceres com a finalidade de salvaguardar e valorizar o azulejo e, basicamente desenvolver uma importante acção de restauro de painéis de azulejo, quer em Portugal, quer no Brasil.

Santos Simões acreditava, desta forma, que os azulejos constituíam (e constituem ainda) um caso exemplar entre os materiais cerâmicos culturais, tendo-se batido ao longo da sua vida por três frentes: a defesa da azulejaria como uma categoria estético-artística independente da cerâmica em geral, a aquisição de um lugar legítimo no contexto das Artes Decorativas em particular e na História da Arte Portuguesa em geral e, o inventário como um processo inerente e característico da História da Arte.

É este último, aquele que mais nos interessa referir no contexto destas linhas.

Santos Simões desenha uma metodologia de trabalho em rede, distribuindo geograficamente o levantamento dos conjuntos azulejares de acrescido valor estético.

Consciente da amplitude do seu trabalho ensaiou uma metodologia de inventariação que se revelou eficaz na sua planificação, compondo-se assim de diversas fases.

Numa primeira fase era efectuada a localização dos núcleos. Este processo era realizado através do envio de inquéritos às Câmaras Municipais e Paróquias bem como pela publicação de pequenos artigos, em

10 ARQUIVO SANTOS SIMÕES. Espólio. Dossier nº 2. F.C.G/BA.

11 *Catálogo João Miguel Santos Simões. 1907-1972.*Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, pp. 145-152.

12 CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da. A Brigada de Estudos de Azulejaria. A Génese de um Inventário do Azulejo em Portugal. In: *Catálogo João Miguel Santos Simões. 1907-1972.* Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga. p.145-152.

jornais locais, que solicitavam a colaboração da população nesta tarefa de descobrir novos azulejos.

Numa segunda fase Santos Simões procedia ao trabalho de campo propriamente dito, que consistia na verificação dos dados recolhidos e no levantamento das informações que anotava em livros de campo e que registava fotograficamente.

Por último, era compilado e organizado todo o material, este já um trabalho de gabinete, em que eram elaboradas fichas de texto para cada edifício inventariado e relacionado com um ficheiro geral de índices, constituído por fichas temáticas com várias entradas (azulejos datados, ornamentais, iconográficos, legendados, mitológicos, religiosos, entre muitos outros). As fichas referidas continham uma imagem fotográfica.[13] (Fig.2)

Pela primeira vez estabeleciam-se cronologias e tipologias de análise para toda a azulejaria portuguesa, bem como era atribuída à imagem fotográfica neste contexto, um valor de extrema operacionalidade, reproduzindo a realidade do objecto artístico.

A grande preocupação de Santos Simões para com este "olhar fotográfico", era apenas na sua essência documental. A fotografia concretizou neste trabalho de inventário, ideais de imparcialidade e objectividade ao nível dos mecanismos da representação imagética. A fotografia não pretendia uma riqueza artística de detalhes, mas uma qualidade mnemónica, ou seja uma aparente objectividade enquanto meio mecânico de reprodução fiel e precisa do objecto artístico.

Este precioso e acessível arquivo de imagens – actualmente depositado na Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa, constitui um potencial instrumento de trabalho, onde a fotografia assume uma função pedagógica como meio de divulgação do património em azulejo.

Testemunhos de época, do estado físico do património em azulejo, o investigador – ao consultar esta colecção - confronta-se hoje com a memória de um património desaparecido, pois muitos destes conjuntos já não se encontram *in situ,* constatações infelizmente recorrentes (Fig. 5)

A atenção fotográfica de Santos Simões permitiu captar, reproduzir e conservar na memória colectiva a existência física desde objecto artístico em determinados períodos históricos facilitando e proporcionando entender a singularidade de um paradigma de utilização: o revestimento arquitec-

13 Por volta de 1968 estava concluída a cobertura territorial de Portugal Continental, Ilhas Adjacentes e Brasil, inventariados e estudados cerca de 3000 núcleos, sendo estes documentados com mais de 10000 fotografias, desenhos e aguarelas. CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da. A Brigada de Estudos de Azulejaria. A Génese de um Inventário do Azulejo em Portugal. In: *Catálogo João Miguel Santos Simões. 1907-1972.*Lisboa. p.149.

tónico total com escalas monumentais e a capacidade de metamorfose formal e simbólica dos espaços construídos.[14]

Na continuidade de uma inventariação: alguns desenvolvimentos recentes

Decorridos quase 40 anos sobre o desaparecimento da figura de Santos Simões e mais concretamente sobre a elaboração do *Corpus* da Azulejaria portuguesa para os séculos XVI e XVII torna-se, importante e necessário estabelecer com urgência estratégias globais de revisão e actualização dos seus levantamentos na actualidade e prosseguir-se, de modo sistemático e continuado, o levantamento dos séculos XVIII, XIX e XX, trechos cronológicos que este autor não conseguiu abranger por compreensível falta de tempo, e que hoje devem ser trazidos à contemporaneidade.

Como já referimos o instrumento de trabalho que este estudioso do azulejo em Portugal nos deixou permanece como uma referência não só pela metodologia aplicada como, pelos instrumentos de análise que sugere (vias formais e iconográficas) e especificamente, naquilo que nos importou referir neste texto: um manancial de imagens fotográficas, que constituem "objectos de memória" que nos dão ainda a conhecer o estado e a conservação de muitos destes exemplares, espólio como já referimos depositado actualmente na Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, acessível online desde 2006.[15] (Fig. 3 e 4)

No entanto, sabemos hoje que a sua obra carece de uma revisão continuada no sentido de testar e verificar no terreno a existência actual de todos estes conjuntos levantados. À medida que mergulhamos neste universo de pesquisa – que tem por base o registo documental e fotográfico – somos confrontados com o existente e o já desaparecido, interrogando-nos e apercebendo-nos que o estudo crítico e o levantamento circunstanciado da azulejaria em Portugal[16] e consequentemente no Brasil nalguns períodos

14 Santos Simões possuía essa consciência do azulejo enquanto adjectivo da arquitectura: "Fundamentalmente, o azulejo português só pode ser justamente avaliado quando integrado nos locais para onde foi concebido e realizado, nos conjuntos arquitectónicos no quais ele funciona adjectivamente" SIMÕES, J. M. Santos. *Da montagem e apresentação museológica de azulejos*. Lisboa: FCG, Brigada de Estudos de Azulejaria, 1963. p.8.

15 Este rastreio ficou registado em cerca de 5000 documentos fotográficos. Uma grande parte constitui uma das colecções digitalizadas, acessível no Catálogo *online* da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian. Esta colecção esteve desde 1980 no então designado Arquivo de Arte da FGC, uma iniciativa do Serviço de Belas Artes que reunia importantes colecções fotográficas, estando aberto ao público entre 1994 e 2000,sendo entretanto transferido para os depósitos da Biblioteca de Arte.

16 Com grande impulso e expressão desde os anos 80 e 90 do século XX a investigação em História do Azulejo tem prosseguido contando com importantes contributos divulgados em exposições, catálogos e monografias que têm posto em evidência importantes conjuntos inéditos. Muita da investigação levada a cabo durante esta última década na área do Azulejo produziu importante documentação que se tem publicado em catálogos de exposições temporárias no Museu Nacional do Azulejo tais como: *Maria Keil. Azulejos*, 1989; *Azulejos*. Europália / Portugal, 1991; *Querubim. Obra Cerâmica*; *A Influência Oriental na Cerâmica portuguesa do século XVII*; *Os Azulejos de Willem Van der Kloet* , 1994; *Faiança de Estremoz,* 1995; *Cerâmica Neoclássica em Portugal*, 1997, *O Azulejo em Portugal no século XX,* 2000. Veja-se igualmente a publicação de variados artigos na *Revista Azulejo* – sobre temas especializados: A História do Azulejo, Fontes Iconográficas; Monografias sobre azulejos "*in situ*", Interven-

cronológicos continua por fazer, persistindo como uma área de investigação em aberto que conta à partida com algumas dificuldades não só ligadas à perda de conjuntos em decorrência de demolições, roubos, transferências, como de restauros não sistematizados, constatações que nos continuam sempre a colocar o problema considerável das metodologias mais aprofundadas, mais eficazes ou mais urgentemente necessárias no seu estudo.

A escassez de uma reflexão sobre metodologia e a sua respectiva normalização são indicadores de soluções menos conseguidas para o aprofundamento de um trabalho de inventário. No entanto, um importante trabalho já realizado está traduzido nalgumas boas práticas e experiências e na reflexão sobre estas questões que importa referir sucintamente.

Perante a extensão do património em Azulejo, a complexidade metodológica inerente à sua inventariação, e pela avaliação de importantes trabalhos levados a cabo por diferentes instituições deparamo-nos actualmente perante sistemas isolados e independentes.

A Inventariação do Azulejo têm sido integrada e levada a cabo por instituições que tutelam e trabalham com património edificado. Refiro-me à extinta Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), actual Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) (www.ihru.pt) sob a tutela das Obras Públicas e o ex- Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), actual Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico) (www.igespar.pt) IGESPAR sob a tutela da Cultura; instituições do Estado com competência na elaboração do inventário sobre bens culturais imóveis, mas que pouco se articulam, e comunicam entre si o que contribui para a existência de listas paralelas[17] e distintas sobre o mesmo universo patrimonial .

ções de Conservação e Restauro e a Classificação e Inventariação do Azulejo. CARVALHO, Rosário Salema de. A Investigação em Portugal na área da Azulejaria. O Inventário e a Classificação (1072-2006). In: *Catálogo João Miguel Santos Simões. 1907-1972.* Lisboa. p.237-257.

17 Estes elencos comportam fichas de inventariação bastante detalhadas. No caso específico do sistema de informação utilizado no IGESPAR este é constituído por uma multiplicidade de campos de preenchimento com uma grande flexibilização, potencialidade e dinâmica no armazenamento da informação tais como a identificação do imóvel, com diferentes categorias e tipologias; localização, incluindo a geo-referenciação – instrumento de grande utilidade na cartografia digitalizada -, conservação; descrições e complementos. Este modelo não está apenas limitado a um texto único de caracterização dos imóveis, mas associado a um conjunto de textos relacionados com o imóvel (identificação do autor que preencheu a ficha; imagens; entidades relacionadas com o imóvel; ou ainda os documentos e processos a ele associados). O trabalho realizado por esta equipa tem-se revelado muito importante sempre ajustar ou criar campos na perspectiva de optimização pratica e conceptual. Cf. MARQUES, Teresa. O sistema de informação Endovellicus. Evolução e perspectivas. In: *Património. Estudos.* nº 4. p.127- 133. O outro sistema paralelo está ser desenvolvido a alimentado desde 1990 pela equipa da ex- DGEMN, excertos de fichas – (acessíveis em www.monumentos.pt)– do Inventário do Património Arquitectónico, projecto concebido e desenvolvido com base numa metodologia interdisciplinar de registo, análise e interpretação do património arquitectónico, tendo em vista a salvaguarda das referências identitárias de cada lugar. Já concretizado, igualmente a ex- DGEMN realizou um levantamento sistemático da azulejaria de interior em prédios pombalinos da cidade de Lisboa, abrangendo 52 quarteirões entre a Praça do Rossio e a Praça do Comércio. O objectivo foi proceder ao registo sistemático de todos os azulejos coevos observados nos vários edifícios, abrangendo azulejos de padrão, figuração avulsa, composições ornamentais, composições figurativas, utilizados quer em silhares de temática profana, quer em registos de temática religiosa. CORREIA, Ana Paula e SILVA, Carolina Nunes. Azulejaria de interior na Baixa Pombalina. Um contributo para o seu estudo. In: *Revista Monumentos.* nº 21, 2004. p.184-195.

No âmbito destes inventários patrimoniais nacionais – onde evidentemente o registo fotográfico se torna um dos elementos principais na identificação e caracterização de espólios - constitui uma novidade neste sistema, a introdução desde 2002 de um outro módulo sobre um campo específico de património integrado que de forma autónoma, permite uma interligação com o edifício em estudo, no sentido de enriquecer o seu conhecimento com todo o recheio artístico que o compõe e onde o azulejo assume e ganha uma mais valia.

Constatamos em algumas destas diferentes bases de dados, parte delas desenvolvidas em ambiente SIG e fazendo uso das novas tecnologias (divulgadas e disponíveis *on line*) para além das dificuldades institucionais, apresentam dificuldades de coordenação e articulação, escassez de recursos humanos especializados, alguns problemas técnicos e dificuldades em estender estas experiências, quer a nível municipal, e das dioceses,[18] quer às entidades privadas, tais como fundações, instituições sociais, empresas, associações e outras.[19] Apesar de tal, o trabalho de organização e actualização subjacente a estas bases de dados sobre património edificado onde o azulejo como vimos entra como um elemento integrado pressupõe a consciência da realidade existente, constituindo várias colectâneas de informações sobre património, traduzido em vários resultados visíveis e disponíveis.

Entretanto mais um avanço tecnológico se cumpriu na inventariação do Património Móvel com o Programa Matriz (www.matriznet.pt), implementado pela Direcção de Serviços de Inventário do antigo Instituto Português de Museus, actual Instituto dos Museus e da Conservação IMC (www.ipcr.pt) consistindo em equipar os museus do Estado com bases de dados por colecção, incorporando toda a informação técnica, artística e administrativa, referente ao património, complementada com a imagem digitalizada das peças ou de pormenores das mesmas permitindo melhorar o nível de eficácia de informação fornecida aos utilizadores dos museus, a publicação de catálogos em suporte digital e uma maior capacidade de utilização do património cultural para fins formativos ou educacionais.

O Museu do Azulejo tem procurado agilizar meios e saberes que possam ser adequados à Inventariação do Azulejo *in situ,* cabendo-lhe a tarefa de uma reflexão sobre a metodologia e inventariação do património

18 Responsáveis por um vasto conjunto patrimonial, as Dioceses têm realizado inventários parcelares, entre os quais se evidencia o da Arquidiocese de Évora, acessível online (www.inventarioevora.com.pt), com um roteiro específico dedicada à Azulejaria que constitui uma importante ferramenta de consulta para toda a zona do Alentejo.

19 Recentemente o projecto SOS Azulejo é uma iniciativa do Museu da Polícia Judiciária em parceria com outras instituições no combate ao furto e à incúria do património azulejar português. A par de uma estratégia assertiva e pragmática de Prevenção Criminal, este projecto opta igualmente por um alargamento multidisciplinar na abordagem à problemática da salvaguarda da azulejaria portuguesa que engloba também a vertente da Conservação Preventiva. (www.sosazulejo.com)

em azulejo,[20] quer assumido como peça museológica, quer como conjunto integrado nas arquitecturas.

Dentro deste âmbito, e cumprindo um antigo desejo de Santos Simões foi recentemente criada através de um protocolo com a Fundação da Ciência e Tecnologia a recente Rede Temática em Estudos de Azulejaria e Cerâmica João Miguel Santos Simões, que procura desenvolver e tocar áreas como: o Inventário e História do Azulejo e da Cerâmica, a Conservação e o Restauro, as edições, entre muitas outras.

Cada vez mais conscientes de que a Inventariação do Azulejo implica uma articulação pluri-institucional num projecto bem orientado para onde possam cada vez mais convergir os saberes já produzidos, projectou-se a criação, em conjunto com o Museu Nacional do Azulejo, a Fundação Calouste Gulbenkian e outras instituições universitárias do país, um *Inventário do património em Azulejo do século XVIII em Portugal Continental*[21] com o objectivo de vir a constituir repertórios temáticos e iconográficos, que dessem cobertura à totalidade do país e onde evidentemente a região metropolitana de Lisboa tivesse um importante peso.

Com este projecto, iniciado em Outubro de 2005 e terminado em finais de 2007 e com a aprovação financeira da Fundação para a Ciência e Tecnologia, procurou-se recuperar a antiga ideia de *Brigada* dos anos 60, de que acima referimos, seguindo um registo do azulejo *in situ,* apoiado na terminologia e procedimentos normativos para a sua inventariação.

Para além do registo desse Património e sua Classificação, este procedimento permite construir um quadro geral do estado de Conservação dos conjuntos de Azulejo do Século XVIII aplicados nas arquitecturas.

A revisão deste *Corpus* do século XVIII (verificar a existência actual dos conjuntos levantados) por um lado, e a sua actualização (preenchimento exaustivo com exemplares não referenciados) por outro, permitirá completar este Inventário iniciado como referimos por Santos Simões tendo em vista a reedição do livro *Azulejaria em Portugal no século XVIII,* projecto editorial em curso assumido a cargo da Fundação Calouste Gulbenkian e que estimamos estar pronto em finais de 2009.

Este projecto lança fundamentalmente uma estrutura de inventário que se manterá sempre em contínua actualização das fichas dos conjuntos

20 Sobre o assunto ler: HENRIQUES, Paulo. A Inventariação e Classificação do Património em Azulejo. In: *Revista Azulejo,* Museu Nacional do Azulejo, nº8/11. p.53-59.

21 A investigadora principal deste projecto é a autora deste texto - *Inventário do Património em Azulejo do século XVIII em Portugal Continental.* Constituição de Repertórios Iconográficos. POCTI/HAR/45609/2002. Entidades proponentes: Universidade Aberta; Fundação Calouste Gulbenkian; Museu Nacional do Azulejo- Colaborações e Parecerias: Universidade do Porto – Departamento de Ciências e Técnicas do Património; Universidade de Coimbra – Instituto de História de Arte; Universidade de Évora – Centro de História de Arte, Universidade do Algarve – Departamento de História e Património - envolveu equipas de bolseiros a trabalhar no terreno, seguindo um registo do azulejo *in situ,* apoiado na terminologia e procedimentos normativos para a inventariação.. CAMPOS, Teresa (coord). *Normas de Inventário da Cerâmica de Revestimento.* Artes Plásticas e Artes Decorativas. Lisboa: IPM, 1999.

registados, permitindo articulações transversais, segundo pesquisas de cronologia, áreas geográficas, elencos iconográficos, centros de fabrico, autorias, tipologias arquitectónicas, mecanismos de busca que enriquecerão extraordinariamente as leituras potenciais.

Um trabalho articulado entre diferentes profissionais e instituições deverá ser levado a cabo, não como tarefa de realização imediata, mas como sólida estrutura de inventariação que deve ser mantida e alimentada com a continuidade necessária ao volume de peças a inventariar de forma sistemática, e cujo o número continua a aumentar com importantes produções contemporâneas.

A finalizar, encontramo-nos hoje perante uma estrutura (e refiro-me de modo muito específico ao projecto de investigação financiado pela Fundação da Ciência e Tecnologia, da qual assumi a responsabilidade científica) que consideramos aberta, flexível, resultado de uma abordagem que desejamos tão exaustiva quanto possível, mas que deverá ser sempre considerada como uma referência inicial na criação de uma base de trabalho sólida, fruto de um resultado de ponderação e releituras, conducente a um tratamento normativo e sistemático dos revestimentos cerâmicos. (obviamente nunca assumida como uma norma rígida).

O inventário do Azulejo permitirá fornecer matéria de reflexão em áreas do Saber tão diversificadas como a História de Arte, História da Cultura e das Mentalidades, Sociologia, Antropologia, Museologia, Conservação e Restauro, Preservação de Patrimónios construídos e urbanos.

Acreditamos que uma inventariação exaustiva acompanhada de estudos e desenvolvimentos parcelares do património em Azulejo, uma real atenção às existências actuais e estado de conservação, o acesso deste sistema, quer às Autarquias, quer às Universidades e outras instituições (no sentido de permitir a integração de mais informação, alargando a banda)- poderá tornar-se em breve um campo de trabalho para futuras e sucessivas gerações de historiadores de arte e outros estudiosos trabalharem. Só assim se poderá conceptualizar que o Inventário, - evidentemente acompanho pelo registo fotográfico - é um instrumento transversal de aprofundamento de uma continuada investigação e reflexão teórica.

Figura 1: João Miguel Santos Simões no seu gabinete de trabalho.
(Foto: Espólio J.M Santos, Museu Nacional do Azulejo. Lisboa)

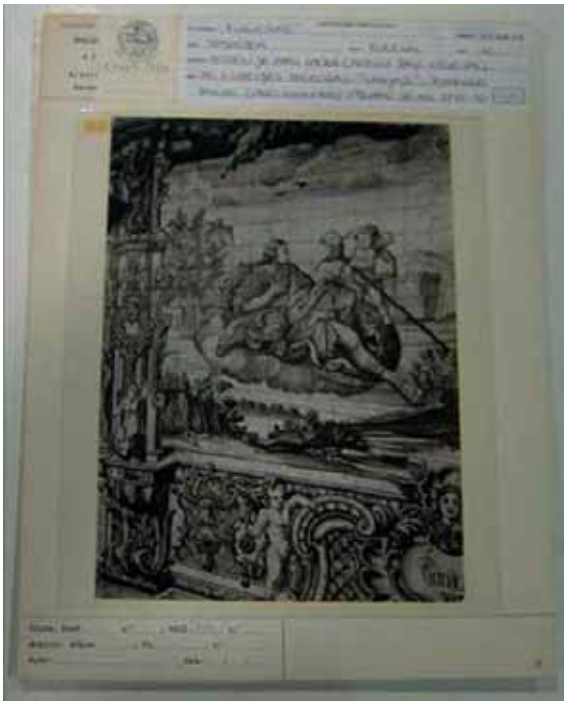

Figura 2: Ficha de trabalho*. Brigada de Estudos de Azulejaria*. FCG/BA.
(Foto: Fundação Calouste Gulbenkian/Biblioteca de Arte.Lisboa)

Figura 3: Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Ouro Preto.
Colecção *Azulejaria Portuguesa*. João Miguel Santos Simões. FCG./BA.
(Foto: Acervo Adalgisa Arantes Campos)

Figura 4: Azulejos de fachada em edifício na Rua Campos Sales,
Belém Colecção *Azulejaria Portuguesa*. João Miguel Santos Simões. FCG/BA.
(Foto: Fundação Calouste Gulbenkian/Biblioteca de Arte.Lisboa)

Figura 5: Pormenor da painel **-** *Estações do Ano*. Quinta dos Inglesinhos. Carnide. Lisboa. Colecção *Azulejaria Portuguesa*. João Miguel Santos Simões. FCG/BA Actualmente na Fundação Medeiros e Almeida.
(Foto: Fundação Calouste Gulbenkian/Biblioteca de Arte.Lisboa)